



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO

Aos dezenove dias do mês de dezembro de 2023, Às 17:05 h, reuniu-se a Comissão Permanente de Educação, presidida pelo Vereador Brando Veiga, tendo como membros, os vereadores André Rodini, Bertinho Scanduzzi, Ramon Faustino e o Coletivo Popular Judeti Zilli. Ausente o vereador Ramon Faustino. Há quórum para deliberações. O Presidente da Comissão, vereador Brando Veiga faz a abertura da reunião, cumprimentando os presentes e dizendo que a reunião de hoje é para tratar do assunto das rescisões de contratos temporários que ocorreram no âmbito da Secretaria da Educação. Vários integrantes da Comissão Permanente de Educação foram procurados pelos professores que tiveram seus contratos rescindidos, com a alegação de irregularidades cometidas pela Secretaria e desse modo, os convidou para participarem dessa reunião. Em seguida, passou a palavra para o vereador André Rodini, e o mesmo disse que esta reunião é importante, pois trata de assunto sobre demissões, e nossa intenção, após receber reclamações individuais de alguns presentes, essa comissão decidiu ouvir os professores que foram desligados, para após, analisar os motivos e ouvir a versão do Secretário da Educação. Disse que a comissão entende ser um assunto pertinente aos trabalhos da comissão. Após, foram ouvidos os membros dessa comissão, Bertinho Scanduzzi e Danilo, do Coletivo Judeti Zilli, tendo ambos, externado suas preocupações com a situação criada pela secretaria. Após o presidente da comissão, vereador Brando Veiga, diz que o importante é que saia daqui um relatório detalhado, para que a comissão leve até a Secretaria da Educação, relatório esse, que será feito a partir das informações prestadas pelos professores presentes e sugere que o mesmo seja elaborado pelo coletivo Judeti Zilli, uma vez que o Professor Danilo e a própria vereadora Judeti Zilli, fazem parte da rede municipal de ensino e tem conhecimento técnico sobre os fatos. A seguir passou a palavra para Rogério Alexandre, professor de Matemática e esse iniciou dizendo que eles são contratados, após processo seletivo, por contrato de trabalho para atender necessidade temporária e tal contrato não é regido pela CLT, não faz parte do quadro efetivo e não dá garantia para os professores contratados. Rogério fez uma explanação sobre o ocorrido, que pegou todos de surpresa, tendo em vista que não foram avisados com antecedência, não souberam os critérios utilizados pela secretaria para fazer as demissões, além de outras irregularidades. Foram ouvidos diversos professores, sendo que todos disseram que foram surpreendidos com a demissão, não foram oficialmente comunicados, não houve nenhum critério de avaliação para o rompimento ou continuidade do trabalho. Disseram também os professores que vários projetos educacionais importantes serão encerrados. Foi ouvido também o advogado que representa parte dos professores e o mesmo disse que os professores não foram cientificados do motivo da rescisão de contrato, apenas receberam uma lista com os nomes dos demitidos e dos mantidos. Disse ainda, que

B

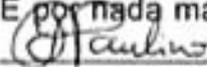
J. Zilli

A

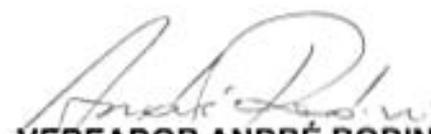


Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

os professores foram tratados com total desrespeito e também com a total falta de critérios e de transparência. O que foi ventilado sobre as rescisões, é que a secretaria optou por continuar com o trabalho daqueles que não tinham ainda adquirido direito a férias. A seguir, passa a palavra para a vereadora Judeti Zilli, que faz uma análise sobre a conduta da secretaria, ratificando todos os argumentos elencados pelos professores, manifestou que o coletivo fará o relatório e essa comissão o levará até a secretaria, para buscar uma resposta sobre o ocorrido. Diz ainda a vereadora Judeti, que houve uma falta de respeito, inclusive com essa comissão, já que a secretaria não mandou nenhum representante para participar dessa reunião. A sugestão do coletivo, e marcar uma reunião dessa comissão com o secretário da educação, onde os professores possam estar presentes. Por fim, tendo havido concordância de todos os membros, ficou determinado que o Coletivo Judeti Zilli fará a elaboração do relatório e o agendamento de reunião dessa Comissão com a Secretaria da Educação, quando será feita a entrega do documento com a cobrança de uma solução. Após, não tendo mais ninguém para fazer uso da palavra, o presidente da comissão, declarou encerrados os trabalhos às 18:00 horas. E por nada mais haver a ser tratado, eu Emir Aparecida Martins Paulino  servidora designada, lavrei a presente ata, nos termos da Resolução 46/2018, que após lida e aprovada, vai assinada pelo Vereador Brando Veiga, Presidente da Comissão, e pelos demais membros presentes à reunião.


VEREADOR BRANDO VEIGA
Presidente


VEREADOR ANDRÉ RODINI
Membro


COLETIVO POPULAR JUDETI ZILLI
Membro


VEREADOR BERTINHO SCANDIUZZI
Membro



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

RELATÓRIO

REUNIÃO PÚBLICA – COMISSÃO PERMANENTE DA EDUCAÇÃO

DATA: 19/12/2023

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO – SP

RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO:

- 1- Os professores presentes na reunião relataram a forma desumana, desrespeitosa e insensível como se desenrolou a rescisão dos contratos dos professores emergenciais da Rede Municipal de Ensino por parte da Secretaria Municipal da Educação. De acordo com os mesmos não houve nenhuma reunião, diálogo, ou aviso prévio sobre as demissões. Segundo os professores não houve nenhum comunicado oficial por e-mail ou whatsapp. Essa situação ocorreu dia 05 de dezembro de 2023.
- 2- Os professores relataram indícios de descumprimento nos critérios referente a ordem de classificação do Processo Seletivo. Além disso, segundo os mesmos, a Secretaria Municipal da Educação teria rescindido o contrato dos professores que ingressaram no Processo Seletivo mais recentemente, mantendo os professores com contratos que estão mais próximos do final do tempo de vigência.
- 3- Outra consideração importante trazida por vereadores e professores à reunião, é o fato da rescisão dos contratos de 250 professores emergenciais impactar no enxugamento de alguns projetos educacionais para as famílias e alunos, como, o "Todos Juntos".
- 4- Professores explanaram que não souberam dos critérios utilizados pela Secretaria Municipal da Educação para efetivar as rescisões contratuais. Nos relatos apareceram que não houve nenhum critério de avaliação para o rompimento ou continuidade do trabalho. Os mesmos relataram que alguns projetos educacionais seriam encerrados.
- 5- Professores relataram a necessidade de estudar o contrato de trabalho que regulamenta as relações de trabalho entre Prefeitura Municipal e professores emergenciais contratados. Segundo os professores, esse contrato está estabelecido num limbo trabalhista, não sendo nem Estatutário nem Celetista.
- 6- O advogado que representa os professores que tiveram seus contratos rescindidos, também, fez uso da fala e se manifestou relatando que os docentes não tiveram ciência do motivo pela qual tiveram seus contratos rescindidos. Relatou que, os mesmos, apenas receberam uma lista com os nomes dos demitidos e dos mantidos. Afirmou, também, que os professores foram tratados com total desrespeito, falta de critérios e de transparência. O que foi ventilado sobre as rescisões, é que, a Secretaria



Câmara Municipal de Ribeirão Preto Estado de São Paulo

Municipal da Educação optou por continuar com o trabalho daqueles que não tinham ainda adquirido férias.

6- O Coletivo Popular Judeti Zilli relatou que apresentou em Sessões anteriores Requerimento questionando a Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal da Educação no sentido de obter maiores informações e esclarecimentos sobre o número oficial de professores demitidos, se há previsão de mais rescisões, quais e quantos projetos afetados e quantos professores estão sendo demitidos por projeto, bem como, de que forma impacta o planejamento letivo de 2024.

7- Foi relatado por professores e vereadores à reunião que o projeto "Todos Juntos" foi instituído como forma de ter um segundo professor em sala de aula nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental para sanar as dificuldades do processo ensino aprendizagem devido aos impactos da pandemia e a suspensão das aulas presenciais por 1 ano e 9 meses.

8- O Coletivo Popular Judeti Zilli destacou que o déficit de professores na Rede Municipal é crônico e histórico, principalmente no governo Duarte Nogueira. Ressaltou que no ano de 2017 houve déficit de professores. Destacou que em 2018, famílias e pais denunciaram ao Conselho Municipal da Educação que havia déficit de professores, e que seus filhos eram colocados no pátio, pois ficavam com aulas vagas, sendo dispensados por alguns dias para ficar em casa. Há época o Conselho Municipal da Educação visitou algumas unidades e constatou o fato. Ressaltou, também, que em 2019 houve déficit histórico de professores na Rede Municipal. À época diretores denunciaram por meio de um dossiê o déficit de docentes ao Conselho Municipal da Educação, que encaminhou a mesma para o Ministério Público. Alunos sem professores sendo dispensados para suas casas ou aguardando no pátio ociosamente. Além disso, Conselhos de Escola e o Conselho Municipal da Educação formularam planos de reposição de aulas ao final do ano letivo, já que o governo municipal e a Secretaria Municipal da Educação não havia garantido a carga horária de 800 horas letivas anuais mínimas, previstas na LDB 9394/96 como obrigatórias. Em 2022, professores denunciaram que estavam sendo pressionados a assumir turmas que não constavam no seu Documento de Atribuição por causa da falta de contratação de professores por parte da Secretaria Municipal da Educação em meio a Reorganização na Educação Infantil.

9- Nos relatos de vereadores foi lembrado que o governo municipal não aplicou os 25% na educação municipal. Aplicou somente 23.31%, o que corresponde que deixou de investir 34 milhões de reais na educação municipal em meio a pandemia.

10- Professores destacaram que o Secretário da Educação vem justificando as rescisões contratuais devido à perda de 25 milhões de reais em verbas federais do Salário Educação para o ano de 2024.

11- O Coletivo Popular Judeti Zilli destacou e esclareceu que o argumento do Secretário da Educação não se sustenta, pois a Lei Federal Nº 9.766/ 1998 que institui o Quota Salário Educação, em seu artigo 7º impede a destinação ao pagamento de pessoal. Ou seja, os recursos do salário educação não podem ser usados para fins de pagamentos de salários de professores. Também esclareceu que o Quota Salário Educação é destinado para financiar programas como, transporte escolar, construção,



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

reforma e adequação de prédios escolares, aquisição de material didático pedagógico e equipamentos para a escola, bem como, a formação de professores, vedada a sua destinação ao pagamento de pessoal.

12- O Coletivo Popular Judeti Zilli destacou e esclareceu, também, que o argumento de perdas orçamentários pontuados pelo Secretário para justificar os cortes não se sustenta, pois de acordo com o Portal de Transparência do município as Receitas Correntes, onde situam as Receitas Tributárias até a data de 19/12/2023, o município já arrecadou R\$ 3.304.426.827,45 (três bilhões, trezentos e quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte e quarenta e cinco centavos) frente a uma Receita prevista de R\$ 3.277.973.249,97 (três bilhões, duzentos e setenta e sete milhões, novecentos e setenta e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos) perfazendo um saldo maior de R\$ 26.453.577,48 (vinte e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

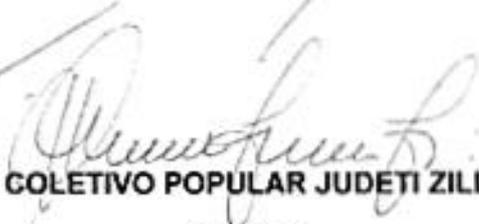
13- A Comissão Permanente de Educação da Câmara Municipal de Ribeirão Preto conjuntamente com os professores deliberaram encaminhar a ata da reunião pública realizada, no dia 19/12/2023, anexada a um relatório à Secretaria Municipal da Educação, constando os principais pontos trazidos nas falas de professores e vereadores durante a reunião. Além disso, a Comissão da Educação firmou o compromisso de agendar uma reunião o mais urgente possível com a Secretaria Municipal da Educação com a presença de uma comissão formada pelos professores que tiveram seus contratos rescindidos.


VEREADOR BRANDO VEIGA

Presidente


VEREADOR ANDRÉ RODINI

Membro


COLETIVO POPULAR JUDETI ZILLI

Membro


VEREADOR BERTINHO SCANIDUZZI

Membro